

RIMAS QUE ENSINAM, VOZES QUE RESISTEM: SABERES POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS NAS LETRAS DE RAP COMO PRÁTICAS DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Roseleide Dantas Andrade¹; Maria Kellynia Farias Alves².

¹Graduanda do Curso de Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil, roseleide.dantas@aluno.uece.br

²Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil, kellynia.alves@uece.br

Resumo

Este artigo analisa as letras de rap como dispositivos pedagógicos e políticos na construção de uma educação antirracista, crítica e situada, especialmente na formação de crianças e jovens das periferias urbanas. Diante da marginalização histórica dos saberes produzidos nesses contextos, propõe-se uma escuta interpretativa de letras de rappers como Afreekassia, MC Soffia, Emicida e BK, entendendo-as como narrativas de resistência, denúncia e valorização da identidade negra. O referencial teórico baseia-se na pedagogia crítica, no letramento como prática social, nas epistemologias do Sul e nas contribuições de autoras negras que defendem o antirracismo e o reconhecimento da diversidade como fundamentos da prática educativa. A pesquisa é qualitativa, de abordagem teórico-interpretativa, analisando letras de rap como textos narrativos, culturais e políticos. A seleção das músicas considerou critérios como identidade negra, representatividade, ancestralidade, enfrentamento ao racismo estrutural e valorização da cultura afro-brasileira, além de sua relevância para a Educação Básica. As análises indicam que o rap atua como veículo de memória coletiva, letramento crítico e produção de conhecimento popular, aproximando as vivências dos estudantes do currículo escolar. Conclui-se, de forma preliminar, que o rap pode ser reconhecido como ferramenta pedagógica legítima, contribuindo para práticas educativas comprometidas com a justiça social, a equidade racial e a valorização de saberes historicamente silenciados.

Palavras-Chave: Rap. Educação antirracista. Saberes periféricos.



Introdução

O rap é um gênero musical originário do canto falado da África Ocidental, local que tem a oralidade como um dos elementos centrais na transmissão de conhecimentos e na educação. Seu conteúdo é repleto de denúncias sobre as desigualdades sociais e econômicas vigentes na sociedade capitalista, além de apresentar reivindicações históricas, não só de direitos sociais, mas, também, de visibilidade, respeito e solidariedade para com os menos favorecidos.

O rap no Brasil emergiu nas décadas de 1980 e 1990 como uma expressão cultural das periferias urbanas, consolidando-se não apenas como um gênero musical, mas como uma prática de resistência social e política (GOMES, 2007; CAVALLEIRO, 2001). Influenciado pelo hip-hop norte-americano, o rap encontrou nas comunidades periféricas brasileiras um espaço de construção de identidade, memória coletiva e denúncia das desigualdades estruturais que atravessam a sociedade (CARNEIRO, 2005; PINHEIRO, 2020).

Grupos como o ‘Racionais MCs’ abriram caminho para que jovens negros e periféricos expressassem suas vivências, confrontando estereótipos, violência policial e exclusão social. Desde suas origens, o gênero tem se configurado não apenas como manifestação artística, mas como prática de produção de saberes, memória coletiva e construção de identidade, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre as injustiças estruturais que atravessam o Brasil.

Apesar dessa riqueza cultural, a escola ainda reproduz práticas que marginalizam saberes periféricos, desconsiderando os conhecimentos e experiências produzidos nas bordas da sociedade. Essa lacuna evidencia a necessidade de uma Educação Antirracista que vá além do currículo formal, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural e étnico-racial dos estudantes. A educação antirracista, nesse sentido, se apresenta como prática de resistência, luta e enfrentamento das desigualdades históricas, buscando promover transformações sociais efetivas a partir do ato educativo.

Nesse contexto, letras de rappers negros e negras, como Afreekassia, MC Soffia, Emicida e BK, configuram dispositivos pedagógicos e políticos que dialogam diretamente com a vida cotidiana dos estudantes. Essas narrativas atuam como instrumentos de resistência e valorização da identidade negra, permitindo que experiências periféricas sejam reconhecidas como saberes legítimos e que a educação escolar se aproxime da realidade social de seus alunos. Incorporar o rap à prática educativa possibilita, portanto, tensionar os limites do currículo tradicional e construir uma escola crítica, plural e engajada com a justiça social e a equidade racial.

O presente artigo tem como objetivo analisar as letras de rap como práticas pedagógicas e políticas que contribuem para a constituição de uma educação antirracista, crítica e situada. A pesquisa se fundamenta em referenciais teóricos como a pedagogia crítica de Paulo Freire e bell hooks, o conceito de letramento como prática social de Angela Kleiman, as epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos e as contribuições da autora Sueli Carneiro. Por meio dessa abordagem, busca-se compreender os versos de rappers periféricos como narrativas de resistência, memória coletiva e produção de conhecimento popular, capazes de criar pontes entre o currículo formal e a vivência dos estudantes. Dessa forma, o estudo justifica-se pela relevância do rap como prática pedagógica antirracista, que valoriza a história de vida dos educandos, fortalece a construção do pensamento crítico e contribui para a formação de uma educação inclusiva, plural e comprometida com a transformação social.

Como escolha para a metodologia, foi adotado uma pesquisa qualitativa de natureza teórico-interpretativa, que analisa letras de rap como textos narrativos e políticos. A seleção das músicas considerou critérios temáticos como identidade negra, representatividade, ancestralidade, resistência contra o racismo estrutural e valorização da cultura afro-brasileira, e a relevância para a prática pedagógica no contexto da Educação Básica. As análises revelam que as letras funcionam como veículos de memória coletiva, letramento crítico e produção de conhecimento popular, criando pontes entre a vivência dos estudantes e o currículo formal.

Enquanto manifestação cultural, o rap constitui-se em um aliado fundamental na promoção dos princípios da educação antirracista, como a superação do eurocentrismo nos currículos escolares, o ensino das histórias de diferentes grupos étnico-raciais e o fortalecimento do autoconceito de estudantes pertencentes a comunidades marginalizadas (CAVALLEIRO, 2001).

Além disso, apresenta-se como recurso pedagógico capaz de enriquecer a prática docente, podendo ser incorporado como metodologia de ensino-aprendizagem em consonância com a Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas disciplinas já previstas no currículo do ensino fundamental e médio.

Os Racionais MCs ocupam um lugar central na história do rap brasileiro, sendo responsáveis por transformar a cena do hip hop em um espaço de resistência e denúncia social. Suas letras, carregadas de lirismo e contundência, narraram o cotidiano das periferias, a violência policial, o racismo estrutural e as desigualdades que marcam a sociedade brasileira. Mais do que narrar realidades, o grupo consolidou o rap como prática crítica e pedagógica, tornando-se referência não apenas para os jovens das comunidades, mas também para professores e pesquisadores que passaram a reconhecer a potência dessa manifestação cultural. Ao abrirem caminho, os Racionais possibilitaram que novas vozes emergissem, legitimando o rap como discurso político e educativo.

Seguindo a trilha aberta pelos Racionais, uma nova geração de artistas ampliou o alcance do rap e fortaleceu sua dimensão crítica. Rappers como Emicida, MC Soffia, Afreekassia e BK incorporam, em suas músicas, discursos que questionam as desigualdades sociais, o racismo estrutural e o machismo, ao mesmo tempo em que valorizam identidades negras e periféricas. Essa produção musical reafirma o rap como ferramenta política e pedagógica, capaz de mobilizar reflexões sobre a realidade brasileira e de oferecer recursos para uma prática docente engajada com a justiça social e a equidade racial.

As letras de rap analisadas evidenciam que essa manifestação cultural se constitui como prática pedagógica e política capaz de articular identidade, memória e resistência em diálogo com o currículo escolar. Ao mesmo tempo em que narram experiências coletivas das

populações periféricas, essas composições materializam o que Paulo Freire (1996) define como uma educação libertadora, na qual a leitura do mundo antecede a leitura da palavra e a sala de aula se transforma em espaço de conscientização.

Na música “Eu amo ser negona”, da rapper Afreekassia (2019), observa-se uma afirmação contundente da identidade negra, marcada pela ressignificação de um termo historicamente utilizado de forma pejorativa:

Querem me ofender me chamando de negona. Me aceitam como negra, mas não como uma negona. Querem proibir o meu jeito de negona. Querem que eu seja um pouco menos negona. Querem que eu abandone o meu porte de negona.

Afreekassia evidencia as tensões em torno da identidade negra e das tentativas de apagamento cultural e subjetivo. A repetição da palavra “negona” inicialmente usada como ofensa, é ressignificada pela artista como símbolo de orgulho, resistência e autoafirmação. Essa operação linguística e estética revela, conforme aponta Sueli Carneiro (2005), o processo de enfrentamento ao racismo estrutural que insiste em regular os corpos negros, impondo limites à sua expressão e existência plena. Ao reivindicar o direito de ser “negona” em todas as dimensões, no corpo, na postura, no jeito de viver, a rapper questiona a lógica do epistemicídio descrito por Boaventura de Sousa Santos (2010), que busca destruir os saberes e modos de ser das populações historicamente subalternizadas.

No espaço escolar, esse trecho pode ser trabalhado como exercício de leitura crítica, possibilitando debates sobre racismo linguístico, preconceito estético e resistência cultural. Em diálogo com a pedagogia crítica de Paulo Freire (1996), a música de Afreekassia favorece a construção de uma prática educativa que valorize as experiências de vida dos estudantes negros, estimulando-os a transformar marcas de exclusão em ferramentas de empoderamento e de luta coletiva.

A canção “Principia”, de Emicida (2023), retoma a ancestralidade africana como fundamento de identidade e de resistência coletiva:

Lembra: a rua é nóiz! Tudo, tudo, tudo que nós tem é nós. Tudo, tudo, absolutamente tudo. Tudo que nós tem é isso: uns aos outros. Tudo o que nós tem é uns aos outros



Emicida reafirma a centralidade da coletividade na experiência das periferias urbanas. A repetição insistente da expressão “uns aos outros” constrói um discurso de comunidade, mostrando que, diante de um sistema excludente e racista, o apoio mútuo se torna a principal forma de resistência e de sobrevivência.

Essa mensagem dialoga com o conceito de práxis em Paulo Freire (1996), entendida como a articulação entre reflexão e ação coletiva para a transformação social. Ao afirmar que a rua é o espaço do “nóiz”, Emicida valoriza a cultura comunitária como lugar de produção de saberes e de identidades, em oposição ao individualismo incentivado pela lógica neoliberal.

Sob a perspectiva de bell hooks (2017), esse trecho também expressa uma pedagogia engajada, que entende o ensino e a aprendizagem como atos de resistência, profundamente vinculados às experiências coletivas e à construção de vínculos. O rapper inscreve, em sua poética, a noção de que a libertação não é um projeto individual, mas comunitário, o que reforça a ideia de educação como prática democrática e anticolonial. No espaço escolar, esse conteúdo pode ser explorado em consonância com a Lei 10.639/2003, permitindo diálogos interdisciplinares entre História, Artes e Literatura. Desse modo, a música contribui para combater visões eurocêntricas de currículo e reafirma o protagonismo negro na produção de conhecimento e de cultura.

Já “Menina Pretinha”, interpretada por MC Soffia (2016), destaca-se por ser uma composição feita por uma criança negra, o que amplia sua potência simbólica e política. A letra problematiza o racismo que atravessa a infância e valoriza a beleza e a resistência de meninas negras, como nos trechos:

Como história de griô, sou negra. E tenho orgulho da minha cor. Africana. Como história de griô, sou negra. E tenho orgulho da minha cor. Sou criança, sou negra, também sou resistência. Racismo aqui não, se não gostou paciência.

No trecho “Como história de griô, sou negra e tenho orgulho da minha cor africana. Como história de griô, sou negra e tenho orgulho da minha cor”, MC Soffia resgata a figura do griô — contador de histórias da tradição africana — para reivindicar a continuidade da ancestralidade em sua própria identidade. Ao afirmar “sou negra e tenho orgulho da minha cor”, a artista rompe com narrativas racistas que desvalorizam a negritude e afirma uma autoimagem positiva desde a infância.

Essa valorização da ancestralidade conecta-se ao que Boaventura de Sousa Santos (2010) denomina epistemologias do Sul, nas quais saberes e memórias subalternizadas são reconhecidos como fontes legítimas de conhecimento.

No verso “Sou criança, sou negra, também sou resistência. Racismo aqui não, se não gostou paciência”, a rapper explicita como a infância negra já é atravessada pelo racismo estrutural, mas, ao mesmo tempo, resiste por meio da afirmação identitária. Essa mensagem dialoga diretamente com a perspectiva de bell hooks (2017), que entende o ensino como ato de resistência e defende que a educação deve ser anticolonial e engajada contra todas as formas de opressão.

Nesse sentido, a contribuição de Pinheiro (2020) é essencial, ao afirmar que a escola precisa romper com a colonialidade presente nos currículos e incorporar práticas efetivamente decoloniais. Para a autora, uma educação antirracista não pode ser reduzida a datas comemorativas ou a ações pontuais, mas deve atravessar todo o processo formativo, reconhecendo e valorizando os saberes das populações negras e indígenas. A canção de MC Soffia, ao trazer uma criança negra como porta-voz de orgulho e resistência, encarna exatamente o que Carine propõe: a centralidade das vozes historicamente silenciadas como fundamento para um currículo decolonial e plural.

Em diálogo com Nilma Lino Gomes (2017), que defende a necessidade de uma pedagogia da diversidade que acolha e valorize a diferença, a música “Menina Pretinha” torna-se um recurso didático capaz de aproximar os alunos de debates sobre identidade, racismo e ancestralidade, fortalecendo a educação antirracista desde os anos iniciais da escolarização. Desse modo, a obra de MC Soffia não apenas problematiza o racismo estrutural, mas oferece à escola um material concreto para desenvolver práticas pedagógicas críticas, decoloniais e emancipadoras.

A música “Continuação de Sonho”, do rapper BK (2022), traz como tema central a luta da juventude periférica diante de um contexto de desigualdades sociais e ausência de oportunidades. O trecho:

Levantei os da minha cor, não fiz a causa de escudo. Eu fui além do discurso. Mas se um se levantar e mudar sua jornada. Valeu a batalha. Eu sou a continuação de um sonho. Da minha mãe, do meu pai, de todos que vieram antes de mim.



Os versos enfatizam a necessidade de ação coletiva e de transformação pessoal como formas de resistência. BK reafirma a centralidade da luta negra como continuidade histórica, transmitida de geração em geração. A letra recusa o uso da luta racial como retórica vazia (“não fiz a causa de escudo”) e valoriza a transformação concreta da realidade (“eu fui além do discurso”). A noção de que cada avanço individual contribui para uma conquista coletiva (“se um se levantar e mudar sua jornada, valeu a batalha”) traduz a dimensão de solidariedade e de práxis coletiva.

Ao assumir-se como “continuação de um sonho”, BK insere sua trajetória pessoal em uma linha de continuidade ancestral, em que saberes e memórias historicamente marginalizadas se tornam referência para a construção de futuros alternativos. Essa ideia traz a concepção de Kabengele Munanga (1999), que destaca a importância da ancestralidade e da memória como pilares da identidade negra, fundamentais para resistir ao processo de apagamento cultural imposto pelo racismo.

Ao analisar essas produções, também é fundamental considerar a noção de letramento como prática social, proposta por Angela Kleiman (1995). O rap, ao transformar a oralidade periférica em narrativa política, amplia o conceito de leitura e escrita, permitindo que estudantes se reconheçam como produtores de conhecimento. Por exemplo, a música “*Continuação de Sonho*”, de BK, pode ser lida como um texto de letramento crítico, no qual os jovens são instigados a interpretar o mundo e a intervir nele, construindo projetos de vida que resistam ao sistema excludente.

Dessa forma, as análises demonstram que o rap não apenas denuncia injustiças, mas também produz conhecimentos e metodologias que dialogam com autores da pedagogia crítica e do pensamento decolonial. Ao incorporar essas músicas ao cotidiano escolar, professores e estudantes participam de um processo de formação engajada que, como defendem hooks (2017) e Carneiro (2005), só se realiza plenamente quando combate todas as formas de opressão e valoriza as vozes historicamente silenciadas.



Conclusões

As análises realizadas evidenciam que o rap, enquanto expressão cultural e política das periferias, ultrapassa o campo do entretenimento e assume um papel pedagógico fundamental. As letras de Afreekassia, Emicida, MC Soffia e BK revelam que o rap é um instrumento potente para a construção de uma educação antirracista, crítica e decolonial, capaz de valorizar identidades, memórias e saberes historicamente marginalizados.

Ao afirmar o orgulho da identidade negra, resgatar a ancestralidade africana, fortalecer a infância negra e reconhecer a luta coletiva, essas músicas se tornam práticas educativas que promovem reflexão e transformação social. Incorporá-las ao contexto escolar significa reconhecer, como defendem Paulo Freire (1996) e bell hooks (2017), que o ato de ensinar é também um ato político, de resistência e libertação.

As contribuições de Sueli Carneiro (2005), Djamila Ribeiro (2019), Barbara Carine (2020), Nilma Lino Gomes (2017) e Boaventura de Sousa Santos (2010) reforçam que uma educação comprometida com a equidade racial e com a justiça social precisa romper com o eurocentrismo e abrir espaço para outras epistemologias, especialmente as produzidas por sujeitos negros e periféricos. Nesse sentido, o rap constitui uma forma de letramento crítico, uma pedagogia da resistência que permite aos estudantes ler o mundo a partir de suas próprias vivências e trajetórias.

Conclui-se, portanto, que o rap pode e deve ser reconhecido como ferramenta pedagógica legítima, capaz de dialogar com o currículo escolar e de potencializar práticas docentes engajadas com a diversidade e a emancipação. Ao valorizar o rap na escola, fortalecemos uma educação que escuta as vozes das periferias, questiona o racismo estrutural e reafirma o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática

REFERÊNCIAS

REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

AFREEKASSIA. Eu amo ser negona. [S.l.]: Independente, 2019. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/1z4NEIfISzguBEddmmFzl9h?si=228e6e095d1a4582>.

Acesso em: 13 set. 2025.

BK. Continuação de sonho. In: ICARUS. Rio de Janeiro: Pirâmide Perdida, 2022. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/1L1yQkU69NiYAC2oFqft90?si=701d218bccf24d2>.

Acesso em: 13 set. 2025.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser: o conceito de racismo na sociedade brasileira. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CAVALLEIRO, Eliane. Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

EMICIDA. Principia. In: AmarElo. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2023. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/1wTuMYmA3AJC7zKg6cuu19?si=1549dafa7cfc40f6>.

Acesso em: 13 set. 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Educação e diversidade: ensaios sobre ações afirmativas e educação da população negra. Brasília: MEC/SECAD, 2007.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KLEIMAN, Ângela. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

MC SOFFIA. Menina pretinha. São Paulo: Independente, 2016. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/7v6Dx3z9w5gDVhTnsnLJ0W?si=bc7f3f3dbf534263>.

Acesso em: 13 set. 2025.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, Marina de Mello. África e Brasil africano. São Paulo: Ática, 2006.

PINHEIRO, Barbara Carine Soares. Decolonialidade e educação antirracista: por uma pedagogia afirmativa da diferença. Salvador: Editora Ogum's Toques Negros, 2020.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA